
AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO SEGUNDA NATUREZA ?

Alfredo Kingo Oyama Homma, D.Sc.⁽¹⁾

Crescimento sustentável e desenvolvimento sustentável são erroneamente considerados como sinônimos. Crescimento significa “aumentar naturalmente de tamanho pela adição de material por meio de assimilação ou acréscimo”, incorporando em si mesmo uma proporção cada vez maior do ecossistema total e deve atingir um máximo de 100%. Portanto, o crescimento de qualquer atividade produtiva não é sustentável. Aceitar a existência de crescimento sustentável seria admitir a possibilidade de viajar mais rápido que a velocidade da luz; criar ou destruir a matéria-energia; criar uma máquina de moto-contínuo como queriam os pré-renascentistas, e assim por diante (Daly, 1991).

O desenvolvimento sustentável é uma adaptação feita pela sociedade ao tomar consciência da necessidade emergente de não-crescimento. Desenvolver significa “expandir ou realizar as potencialidades; levar gradualmente a um estado mais pleno, maior ou melhor”. Quando alguma coisa cresce, torna-se maior. Quando se desenvolve, torna-se diferente. Precisamos tomar cuidado, contudo, que nem mesmo o “crescimento verde” é sustentável. Há limite para a população de árvores que a terra pode suportar, como há limite para as populações humanas e de automóveis. Iludir-nos na crença de que o crescimento é ainda possível e desejável, se simplesmente o rotularmos de “sustentável” ou o pintarmos de “verde”, apenas retardará a transição inevitável e tornar-se-á mais penosa (Daly, 1991).

A segunda questão a responder é: até que ponto a ocupação da Amazônia e/ou o desenvolvimento agrícola podem ser feitos com a destruição inexorável de seus recursos florestais? Recentemente tem surgido em trabalhos científicos sobre a Amazônia a idéia de padrões mínimos de preservação ambiental (safe minimum standard). Esta teoria desenvolvida por Ciriacy-Wantrup, em 1952, está ganhando relevância como uma justificativa teórica para reivindicar a preservação de diversos recursos naturais ameaçados no mundo. A preservação ambiental teria prioridade, salvo quando implicar custos intoleravelmente altos para as populações locais, subentendido quanto à impossi-

bilidade dessas populações sobreviverem se a escolha da preservação absoluta for adotada (Bishop, 1978; Romeiro, 1999).

As decisões sobre a questão ambiental na Amazônia estão ainda apoiadas na escolha racional do ponto de vista econômico, tais como a de que os processos destrutivos são mais lucrativos, sem ainda estar orientada por normas sociais como valores, crenças, educação, etc. Transformar práticas destrutivas em prejuízos econômicos mediante sanções ou incentivos, e desenvolver os “recursos morais” da sociedade, constitui a esperança para essa outra realidade. A pobreza e a miséria tendem sempre a priorizar as necessidades imediatas, mesmo que isso leve à irreversibilidade dos recursos naturais disponíveis a médio e longo prazos. Em outro extremo, o esbanjamento dos recursos naturais torna-se um privilégio das classes mais favorecidas, válidas para a dimensão local, nacional ou mundial. Os países desenvolvidos constituem os maiores poluidores e consumidores dos recursos naturais do planeta. Desenvolvimento sustentável é bom para outros seguirem: “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”, torna-se a regra em termos de utilização dos recursos naturais. Todos têm o desejo de adquirir mais uma televisão, ter mais um carro e, assim por diante, em uma sociedade altamente consumidora de energia. Cognitivamente, justifica-se a consciência, porque outros sempre o fizeram.

Este é o grande desafio da Amazônia, que ficou polarizado desde o início da década de 80, com a expansão das derrubadas e queimadas, extração madeireira, invasão das áreas indígenas, poluição por mercúrio, grandes obras de infra-estrutura, forte corrente migratória, crescimento populacional, violência no campo, entre outros. A ira dos ambientalistas galvanizou-se com o assassinato do líder sindical Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, que se transformou como ícone da proteção das florestas amazônicas. A própria sociedade ficou perplexa se realmente não estaria ocorrendo algo errado no modelo de desenvolvimento seguido.

Tudo indica que ainda são longos os caminhos para se atingir o desenvolvimento sustentável na Amazônia e, também para o País. Continuamos desmatando, fazendo grandes obras de infra-estrutura, aumentando os padrões de produção e consumo insustentáveis, reduzindo os estoques de recursos naturais, acumulando lixo social e ambiental etc. Em 1980, o INPE divulgou a primeira estimativa da área desmatada na Amazônia Legal com base nas imagens do satélite Landsat –MSS, referente a 1975, que era pouco mais de 15 milhões de hectares, atingiu mais de 41 milhões de hectares em 1990 e mais de 58 milhões de hectares em 2000, equivalente à superfície dos Estados do Rio Grande do Sul,

(1) Pesquisador Embrapa Amazônia Oriental e Professor Visitante Universidade Federal do Pará, Caixa Postal, 48, CEP 66095-100, Belém, Pará, e-mail: homma@cpatu.embrapa.br

Santa Catarina e Paraná. Parece que aprendemos que ao destruir, de maneira organizada, os impactos são menos perceptíveis e tornam-se mais humanizados e isso se justifica como progresso. Ninguém critica, por exemplo, as belas paisagens artificiais, as cidades do Centro-Sul do País ou dos países desenvolvidos que antes eram paisagens nativas. Ao contrário, o choque é imenso ao se deparar com uma área de mata derrubada e queimada ou um córrego imundo e com mau cheiro. Portanto, o caminho para a Segunda Natureza, com a destruição humanizada, parece ser o destino da Amazônia. Desmatamos, até o momento, 16% da Amazônia. Ao que tudo indica, poderá ser dobrado nas próximas décadas, trocando pela Segunda Natureza. Basta examinar os mapas do Brasil em Ação, do Avança Brasil e de outros que deverão ver no futuro, que como veias varicosas, deverão inchar impulsionados pelos estímulos econômicos. A grande interrogação é se realmente a questão ambiental da Amazônia é importante ou por quanto tempo será adotada a máscara da preservação. Este mesmo fenômeno já ocorreu no Sul do País e em outras partes do Mundo. Afinal, mais da metade da Holanda constitui-se de terras que foram incorporadas do mar do Norte.

No ângulo das opções “ecologicamente corretas”, como a ênfase ao extrativismo vegetal, defendidas por forte corrente de ambientalistas, restringe-se ao campo liliputiano, incapazes de sustentar a dimensão da população da Amazônia atual e em crescimento, com forte índice de urbanização, com cidades que suplantam a de diversas metrópoles mundiais. A outra, a opção egoísta de adotar determinados procedimentos ecológicamente corretos em nível local, mas dependentes de importações de energia ou de outros recursos naturais, baseados em sistemas fechados, com sustentabilidade exógena, em vez de vir endogenamente. Algumas ilhas de desenvolvimento sustentável dependem de produtos oriundos de desmatamento e de queimadas de locais vizinhos. O baixo nível de desmatamento e queimadas, nos estados do Amazonas e Amapá, são decorrentes do forte processo de urbanização, da implantação da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, produzindo efeito esponja e dependentes de importação de produtos agrícolas oriundos do desmatamento no Estado do Pará, por exemplo (Goldenberg, 2000). Essa opção também é utilizada pelos países desenvolvidos ao transferirem atividades poluidoras, beneficiamento de minerais eletrointensivos e do uso de carvão vegetal ou dependentes de insumos naturais para os países periféricos.

Transformar as áreas desmatadas da Amazônia em uma Segunda Natureza, com atividades produtivas apropriadas, com menores riscos ambientais, promovendo a regeneração das áreas que não deveriam ter sido destruídas, deve-se transformar da tese para a prática, uma vez que o discurso do desenvolvimento da Amazônia, mediante essa utilização, está perdendo a credibilidade. Outro desafio refere-se à imediata com-

penção ecológica das áreas que continuam sendo incorporadas ao processo produtivo, tais como as mencionadas no Avança Brasil e futuras. Muitas das atividades em curso são como flechas que já partiram do arco, cujas conseqüências são imprevisíveis e irreversíveis a médio e longo prazos. A Floresta Nacional da Tijuca, criada pelo Imperador D. Pedro II em 1861, em conseqüência de grandes crises de abastecimento de água no Rio de Janeiro, constitui um exemplo de Segunda Natureza, que originariamente era a Mata Atlântica que foi derrubada com a chegada do café no Rio de Janeiro em 1740. A Suécia conseguiu, nos últimos 25 anos, reduzir em 5 milhões de hectares a sua área agrícola, mediante aumento da produtividade e sua transformação em florestas para a vida selvagem (Produção..., 1999).

A biorriqueza da Amazônia traz, contudo, reflexos em nível internacional. Detentora de 30% das florestas tropicais contínuas do Planeta, a destruição desses recursos pode alterar, por exemplo, o clima de regiões distantes. Detemos a maior biodiversidade, a maior disponibilidade de água doce e de recursos minerais do mundo, entre outros. A biorriqueza futura em fármacos, cosméticos, inseticidas naturais, corantes etc. constitui o argumento para a preservação absoluta da Natureza original, em face da impossibilidade dessa preservação ser feita em jardins botânicos ou por outros procedimentos artificiais, devido ao seu custo. O conflito entre essa biorriqueza e a pobreza da sua população, onde carrega os menores índices de desenvolvimento social do País e do mundo, só será contornado com pesados investimentos na formação do capital humano, para compensar o déficit social. O debate ecológico à frente de questões sociais vitais pode trazer uma brutal recessão e efeitos inflacionários dos programas ambientais e o nascimento de um falso nacionalismo.

Ao longo destes últimos cinco séculos, a economia amazônica passou por diversos ciclos econômicos. Tivemos o ciclo do extrativismo do cacau que perdurou até a Independência do Brasil, seguindo-se depois a da seringueira, chegando a contribuir como terceiro produto de exportação nacional, a da juta e da pimenta-do-reino, da pecuária e da madeira, da movimentação de grandes massas humanas nos programas de colonização e, atualmente, a do ciclo mineral. Verifica-se que, sempre houve a transferência de mazelas e de rejeitos sociais para os ciclos seguintes, o esgotamento e a depredação dos recursos naturais, a biopirataria de um produto ativo economicamente (cacau, seringueira, guaraná, cupuaçu, pupunha, açaí etc.), a defasagem tecnológica, entre outros, sem conseguir uma efetiva consolidação. A subvalorização dos recursos naturais sempre esteve presente, em muitos casos provocando um processo de “des-desenvolvimento”, como tem acontecido para as reservas de manganês da Icomi (1957-1997), dos recursos madeireiros, dos garimpos, pesca, entre outros, sem garantir uma renda permanente para o futuro. Este processo de degradação dos re-

cursos naturais tem sido a tônica na Amazônia, nos quais os consumidores têm também a sua parcela de responsabilidade.

A criação de mercados intangíveis e a apropriação desses possíveis benefícios pelos países desenvolvidos parece ser outra característica do surgimento de um novo ciclo econômico. Enquadram-se nessa categoria os serviços ambientais, destacando-se o emergente mercado de seqüestro de CO₂, certificados ambientais (séries ISOs, manejo, segurança etc.), tornando-se apenas como um instrumento de mercado, nos quais o controle são concedidas por organizações internacionais. Transformar em instrumento de desenvolvimento, torna-se necessário o pleno controle por parte da sociedade brasileira, a transparência nas negociações e não repetindo modelos e procedimentos anteriores.

O desbalanço no desenvolvimento de tecnologias agrícolas adequadas pelas instituições de pesquisas regionais e da ampliação das atividades de extensão rural constitui uma das grandes limitações com relação à oferta de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento Norte (FNO). O sucateamento das instituições de ensino, pesquisa e de extensão rural regionais bem como o envelhecimento do seu quadro técnico tendem a colocar em risco a busca do desenvolvimento sustentado para a Amazônia (Costa, 1998; Tura & Costa, 2000). Acrescente-se que a colaboração externa, com grande viés ambiental, tende a agudizar esse problema, promovendo drenagem dos recursos humanos, financeiros e materiais nacionais no desenvolvimento de propostas unilaterais, importantes do ponto de vista científico, mas desconectados de sua importância social. Nesse sentido, a redução dos desequilíbrios ambientais na Amazônia, a política agrícola passa a ser mais importante do que as próprias políticas ambientais. Sob esse prisma, seis alternativas precisam ser incorporadas na agenda política para se atingir uma Amazônia mais sustentável, no contexto do setor primário:

1) Necessidade de incorporar a agricultura familiar nas propostas de desenvolvimento regional e torna-la mais intensiva. Não se pode permitir a existência de uma agricultura familiar, cujo universo na Amazônia Legal é da ordem de 600 mil unidades, que dependem do processo de derruba e queima. Há necessidade de estender o tempo de permanência do pequeno produtor no lote. Se um pequeno produtor que desmata 2 hectares e cultiva por 2 anos e deixa em pousio por 10 anos, isso indica que ele necessita de 12 hectares para fechar o ciclo. Mas se esse pequeno produtor desmata 2 hectares e cultiva por 3 anos, aumentando apenas 1 ano, bastam 8 hectares para completar o ciclo. Isso indica que podemos reduzir a área desmatada de 12 hectares para 8 hectares, uma redução de 1/3 no desmatamento.

2) Mudança no sistema de criação pecuária na Amazônia. A questão ecológica trouxe como grande

conseqüência o desprezo pela pecuária, esquecendo que essa atividade constitui a maior forma de uso da terra na Amazônia. Para reduzir desmatamentos e queimadas há necessidade de aumentar a produtividade das pastagens e do rebanho, mudando a pecuária que necessita efetuar queimadas de dois em dois anos de suas pastagens, o seu abandono depois de 10 a 12 anos e a incorporação das áreas desmatadas pelo contingente de pequenos produtores.

3) A exploração madeireira precisa mudar seu enfoque de apoiar a sua oferta de madeira apenas na extração de florestas nativas. O manejo florestal não pode constituir o apanágio para justificar a contínua incorporação de florestas nativas, uma vez que não constitui garantia de abastecimento de madeira a longo prazo. Por exemplo, o volume máximo de mogno que a Amazônia chegou a exportar, poderia ser obtido em um plantio de 40.000 hectares, abatendo-se 1.000 hectares/ano ou em sistemas agroflorestais, triplicando essa área. Há necessidade de se pensar no reflorestamento para atender à demanda para diversas categorias: madeiras nobres, celulose, compensados, construção rural, carvão vegetal etc.

4) A busca de novas alternativas produtivas para a região em metas concretas. Por exemplo, domesticar 5 recursos da biodiversidade/quinqüênio, desenvolver variedades de arroz mais produtivas para solos ácidos, desenvolver plantios de seringueira para suprimir as importações brasileiras, técnicas de recuperação de pastagens, silvicultura, aquíicultura, etc. Vai depender de fortes investimentos na área tecnológica, que no momento estão sendo enfatizados para a área ambiental, negligenciado o setor produtivo, responsável pelo processo de desmatamento e queimadas.

5) Utilização racional mediante manejo dos recursos extrativos que se apresentam em grandes estoques, como a dos açaizais, castanha-do-pará, seringueira, madeira, babaçu, pesca etc. Deve ser entendido que essas atividades, a médio e longo prazos, serão induzidos à sua autodestruição, com o crescimento da demanda, progresso tecnológico, do aparecimento de novas alternativas econômicas e da democratização dos “produtos verdes”.

6) Ações internas e externas à Amazônia, para evitar o constante deslocamento de migrantes e da transferência de problemas de outras áreas do País. Como conseguir isso depende do reconhecimento da inter-relação de que os problemas na Amazônia não são independentes e nem servem de mercadoria de troca. A redução dos desmatamentos e queimadas na Amazônia, por exemplo, depende da solução fundiária no Nordeste, dos minifúndios no Sul do País e assim por diante. Enquanto a Amazônia for considerada como

a solução dos problemas sociais e econômicos do País, dificilmente o desenvolvimento sustentável será alcançado.

É impressionante a energia latente no povo brasileiro ao organizar grandes eventos, como o Carnaval ou a mobilização nacional por ocasião dos campeonatos mundiais de futebol. Não estamos sabendo aproveitar essa energia latente para propostas concretas em benefício do desenvolvimento social. No caso da conservação dos recursos naturais da Amazônia, deve ser apoiada no uso dos recursos naturais de maneira adequada pela geração presente, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos.

A construção de uma nova utopia plausível para a Amazônia constitui, sem dúvida, o desafio deste milênio. Uma Amazônia sem desmatamento e queimadas, sem fome nem miséria, sem crianças na rua, sem desemprego, sem conflitos no campo, com habitação condigna para todos, com justiça social, com nível de renda adequado, com soberania, etc.

Os próximos anos configuram, portanto, para a Amazônia, a manutenção e a criação de novas alternativas econômicas, impulsionadas pelos centros mais dinâmicos do País e do exterior. As experiências de desenvolvimento anteriores passam a constituir imagens do espelho retrovisor de um veículo em marcha acelerada, procurando apenas contornar obstáculos encontrados anteriormente. As novas formas emergentes de atividades econômicas na Amazônia desenharão um conjunto de riscos e oportunidades conflitantes e ao mesmo tempo complementares e, muitas vezes, desconectadas no espaço e no tempo. A busca de alternativas elementares de sobrevivência, ao lado de grandes op-

ções, definirá o rumo da civilização que será construída. Somente aos seus habitantes caberá o direito de decidir sobre seu destino e opção, na busca dessa sociedade sustentável.

Referências Bibliográficas

BISHOP, R.C. Economics of endangered species. **American Journal of Agricultural Economics**, 60(1):10-18, Feb. 1978.

CIRIACY-WANTRUP, S. von. **Resource Conservation: economics and policies**. Berkeley, University of California Press, 1952. 395p.

COSTA, F.A. **Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia**. Belém, CEJUP, 1998. 168p.

DALY, H.E. Crescimento sustentável: uma incongruência. **Desenvolvimento de Base**, 15:3, 1991.

GOLDENBERG, J. Como salvar a Amazônia ? **O Estado de São Paulo**, abr. 2000.

PRODUÇÃO sustentável no campo. **Estudos Avançados**, São Paulo, 11(57):4, out./nov. 1999.

ROMEIRO, A.R. Meio ambiente e produção agropecuária na Amazônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, 37(1):9-33, jan./mar. 1999.

TURA, L.R. & COSTA, F.A., ed. **Campesinato e Estado na Amazônia**. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000. 381p.